CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0263/80

INTERESSADOS FACULDADE DE ENGENHARIA DE BARRETOS

ASSUNTO : Consulta sobre ocorrência de vaga, em decorrência de aproveitamento de estudos

RELATOR : Cons. Alpínolo Lopes Casali

PARECER CEE N° 0358/80 - CTG - APROVADO EM 12 / 03 / 60

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

A Faculdade de Engenharia de Barretos propõe ao Conselho Estadual de Educação a seguinte consultas.

"Em caso de um aluno lograr aprovação no vestibular e proceder à sua matrícula, requerer aproveitamento de estudos realizados em outra Faculdade e da análise de seu histórico escolar se concluir que o mesmo pode cursar o 2º ou 3º ano, gostaríamos de saber se fica liberada uma vaga no 1º ano, podendo a escola aceitar mais uma matrícula".

A Assistência Técnica ofereceu bem elaborada instrução.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

1 - Não será demasia rememorar.

Conforme a alínea "b" do art. 17 da Lei n° 5.540, de 1968, os cursos de graduação estão abertos às matrícula de candidatos que hajam concluído o ensino de 2º grau (Lei n° 5692, de 1971) ou equivalente, e tenham sido classificados em concurso vestibular.

Compete aos Conselhos de Educação, nos respectivos sistemas de ensino, fixar, aumentar ou reduzir, a requerimento, ou ex-officio, as vagas para os estabelecimentos isolados de ensino superior.

Por exceção, em havendo vagas, poderão matricular-se na série inicial dos cursos, independentemente de concurso vestibular, os graduados em cursos de ensino superior com diploma registrado.

Outros sim, conforme o 2º do art. 23 da Lei n° 5.540, de 1968, os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento de estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos.

Os estatutos e regimentos sujeitam-se, porém, à aprovação do Conselho de Educação competente (Lei n° 5.540, de 1968, arts. 5º e 6º).

1.2 - A consulta induz à conclusão de que a matéria não figura no regimento da Faculdade.

1.3 - Por conseguinte, salta à vista que ao Conselho Estadual de Educação cabe conhecer da consulta da Faculdade de Engenharia de Barretos. A matéria concernente a vagas está, com efeito, confiada pela legislação à competência dos Conselhos de Educação no respectivo sistema, com ou sem aproveitamento de estudos.

2- O Conselho Estadual de Educação já deliberou sobre a matéria com referência aos concluintes dos denominados "cursos pós-normais" e que, classificados em concurso vestibular, se matriculam, com aproveitamento de estudos, em curso superior. Fê-lo através da Deliberação-CEE nº 18/71, resultante de trabalho da eminente professora Amélia Domingues de Castro, que honrou este Conselho como um de seus membros.

Reza, com efeito, o seu art. 4º:

"Art. 4º - Se, por motivo de dispensa de disciplina,, ocorrerem vagas no primeiro ano do curso superior considerado, serão chamados a preenchê-las, em seqüência, os demais candidatos classificados em concurso vestibular".

3 - Buscando, no Direito, o princípio da analogia, é bem de ver que nada há que impeça a aplicação da regra do art. 4º a outros candidatos classificados em concurso vestibular, após, todavia, a sua matrícula. Antes, não serão alunos com o direito ao aproveitamento de estudos, se previsto no regimento.

No entanto, somente, quando houver vaga, à que será regular a matrícula em série diferente da inicial, com aproveitamento de estudos. A matrícula do candidato convocado deverá efetivar-se antes do início das aulas do período letivo.

Além do mais, a análise de currículo, em que figurem as disciplinas, cuja dispensa se pretende, além de procedida na forma disposta no Regimento, deverá ser um ato válido sob o ponto de vista didático-pedagógico.

4 - É mister, entretanto, que essas regras sejam inseridas no regimento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, a menos que o Conselho Estadual de Educação autorize a sua aplicação casuística.

II - CONCLUSÃO

Dê-se conhecimento do presente Parecer à Faculdade de Engenharia de Barretos, a propósito da consulta formulada.

São Paulo, 06 de fevereiro de 1980

a) Cons. Alpínolo Lopes Casali - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros Alpínolo Lopes Casali, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Nicolas Boer, Paulo Gomes Romeo e Tharcísio Damy de Souza Santos.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 21/02/80

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães -Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente